Ante-Projeto nr. 5

Senhor Presidente

O Vereador a que este subscreve, solicita a V.Excia., seja submetida a apreciação desta acolenda câmara o seguinte:

PROJETO DE LEI

LEI Nº 91
DE 17/05/1956

Torna sem efeito o artigo 182 e dá nova redação ao artigo - 183 do Código Tributário e Fiscal do Municipio.

Art.- 1º - Fica sem efeito o artigo 182 do capítulo III do Código Tributário e Fiscal do Municipio.

Art.- 2º - O artigo 183 do capitulo III do Código Tributário e Fiscal do Municipio, passa a ter a seguinte redação: "A Comissão do Procurador será paga depois de liquidado cada caso separadamente".

Art. -3º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.- 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 3 de Março de 1956

Clecio Zenni

Clecio Zenni.

O Vereador

Geminino Vieira

APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO
por unanimidade
Sala das Sessões, 5 / 3 / 1956
PRESIDENTE.

Ao Sr. Vereador José Ayres da Silva
M.D. Presidente da Câmara Municipal
NESTA;

APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO
por unanimidade
Sala das Sessões, 13 / 3 / 1956
PRESIDENTE.

.....Para leitura do expediente da Sessão do dia 5 de março de 1956; extrair cópias autênticas para cada Vereador e remeter às Comissões de Legislação e Justiça e Finanças e Orçamento, para exararem pareceres.

Sala das Sessões, em 5 de março de 1956.

José Ayres da Silva
Presidente

Câmara Municipal de Toledo

ESTADO DO PARANÁ

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R Nº 3/56

Assunto: Torna sem efeito o artigo 182 e dá nova redação ao Artigo 183 do Código Tributário e Fiscal do Município.

Autor: Vereador Clécio Zenni

Achou esta Comissão bastante acertada a iniciativa do nobre Vereador Clécio Zenni em fazer uma alteração no Código Tributário e Fiscal do Município, visto o art. 182 ser realmente desnecessário e o art. 183 ser um tanto extenso, podendo ser resumido como propõe o autor do projéto.

Expecificando o que acima foi dito é esta Comissão de

P A R E C E R

que o projeto em questão deverá ser aprovado.

SALA DAS SESSÕES, em 7 de Março de 1956

A COMISSÃO

Waldi Winter

D Schmidt

APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO
por unanimidade 13 / 19 56
Sala das Sessões,
PRESIDENTE.

Câmara Municipal de Toledo

ESTADO DO PARANÁ

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

P A R E C E R Nº 5/56

Assunto: Torna sem efeito o artigo 182 e dá nova redação ao artigo 183 do Código Tributário e Fiscal do Município.

Autor: Vereador Clécio Zenni.

Esta Comissão, após um acurado estudo, sôbre o projeto de lei de autoria do vereador Clécio Zenni, com referência aos artigos 182 e 183 do Código Tributário e Fiscal do Município, chegou às seguintes conclusões:

Que o artigo 182 seja tornado sem efeito, porque, realmente êle é desnecessário figurar no Código Tributário e Fiscal do Município. Com referência ao artigo 183, seja feita a redação como requer o autor, visto que a nova redação, será mais clara e compreensível para qualquer um que queira ler o Código Tributário.

Pelo que acima foi dito, é esta Comissão de

P A R E C E R

que o projeto em questão seja aprovado.

SALA DAS SESSÕES, em 9 de Março de 1956

A COMISSÃO

Geminino Vicari

Cláudio de Tal

APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO
por unanimidade
Sala das Sessões, 13/3/1956
PRESIDENTE.

Exmo.Sr.Presidente e demais Membros da
Câmara Municipal de Toledo.

Emenda nr: 2/56

Senhores Vereadores.

Com referência ao Projeto de Lei nr. 5, que torna sem efeito o Artigo 182 e dá nova redação ao artigo 183 do Código Tributário e Fiscal do Municipio, vimos manifestar o nosso apoio á intenção do autor, Vereador Clécio Zenni, á cuja argúcia não passou despercebida o disposto no Art. 88 da Constituição do Estado, e que diz: "As multas de móra sôbre impostos e taxas não excederão de 10% sôbre a importância do débito, e DELAS NÃO PODERÃO PARTICIPAR QUAISQUER FUNCIONÁRIOS".

Ora, no Art. 182 do Códico Tributario e Fiscal do nosso Municipio diz que-:"A dívida Ativa, cobrada diretamente à boca do cofre ou nas agências arrecadadoras do Municipio, será acrescida de 10% a título de Comissão de Cobrança Amigável, COMISSÃO ESTA QUE SERÁ DISTRIBUIDA EM PARTES IGUAIS AO FUNCIONALISMO INTERNO DA PREFEITURA.

Está portanto, claramente patente que a parte final do Art. 182, é indiscutivelmente inconstitucional, e portanto, uma vez que a comissão não pode ser distribuida, conforme a constituição, esta segunda parte, deve ser suprimida do nosso Códico Tributário e Fiscal.

Mas, Senhores Vereadores, a primeira parte do artigo 182, a nosso ver não deve e não pode ser suprimida. Não podemos e nem devemos isentar a cobrança da "Comissão de Cobrança Amigavel", o que vem a ser a multa imposta aos devedores em atrazo.

Por este motivo, somos de opinião que deve permanecer a cobraça do acréscimo de 10% e ser suprimida a distribuição desta multa aos funcionários da Prefeitura, razão porque, apresentamos ao plenário a seguinte

EMENDA MODIFICATIVA

Ao Projeto de Lei nr. 5.

cujo Artigo primeiro deverá ter a seguinte redação:

Art. 1º - Passam a ter a seguinte redação os artigos abaixo, do Capitulo III, do Código Tributário e Fiscal do Municipio:

Art. 182: A dívida Ativa cobrada diretamente á boca do cofre ou nas agência arrecadadoras do Municipio será acrescida de ---

Extraia cópias e dê aos Snrs. Vereadores, remetendo os autos da comissão para o respectivo parecer e inscrito na ordem do dia da próxima Sessão em 2ª discussão.

Sala das Sessões, 13 de Março de 1956

José Pereira da Silva

.....

de 10% a titulo de Comissão de Cobrança Amigavel.

Art. 183: (Conforme o Projeto de Lei nr. 5.)

Art. 2º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões em, 12 de Março de 1956

O Vereador
Adelbert de Freitas

Juntar ao processo para discussão na pro-
xima ordem do dia.
Sala das Sessões, em 13 de Março de 1.956

Câmara Municipal de Toledo

ESTADO DO PARANÁ

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R Nº 7/56

Assunto: Torna sem efeito o artigo 182 e dá nova redação ao Artigo 183 do Código Tributário e Fiscal do Município.

Autor: Vereador Clécio Zenni.

Estudando esta Comissão detalhadamente a Emenda apresentada pelo Nobre Vereador Ondy Hélio Niederauer, no projeto em questão, verificou que realmente o Art. 182 em sua parte final é inconstitucional, baseado no Art. 88 da Constitituição do Estado que diz: "As multas da móra sôbre impostos e taxas não excederão de 10% sôbre a importância do débito, e DELAS NÃO PODERÃO PARTICIPAR QUAISQUER FUNCIONÁRIOS". Mas, com referência ao autor do projeto, querer tornar sem efeito o art. 182, não achamos justo que seja extinguida a primeira parte do art. que diz: A dívida ativa cobrada diretamente á boca do cofre ou nas agências arrecadadoras do Município será acrescida de 10% a título de Comissão de Cobrança Amigável. Acha esta Comissão que deverá permanecer a 1ª parte do mencionado Artigo, de acôrdo com a Emenda apresentada pelo Vereador Ondy Niederauer, porque os 10% que serão cobrados a mais, será a multa que os devedores em atrazo irão pagar aos cofres públicos. Com referência ao Art. 183 que o mesmo seja modificado como requer o autor do projeto.

Assim sendo, é esta Comissão de

P A R E C E R

que a Emenda apresentada pelo Vereador Ondy Hélio Niederauer seja aprovada pela Colenda Câmara.

SALA DAS SESSÕES, em 20 de Março de 1956

A COMISSÃO

Geminino Viccari

L. Schmidt

APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO
por unanimidade
Sala das Sessões, 1/IV/1956
PRESIDENTE.

Câmara Municipal de Toledo

ESTADO DO PARANÁ

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

P A R E C E R Nº 6/56

Assunto: Torna sem efeito o artigo 182 e dá nova redação ao Artigo 183 do Código Tributário e Fiscal do Município.

Autor: Vereador Clécio Zenni.

Tendo esta Comissão novamente em maõs o projeto de autoria do Vereador Clécio Zenni, e, estudando a Emenda apresentada pelo Vereador Ondy Hélio Niederauer, acha que a 1ª parte do Art. 182 deverá permaner,pois visa cobrar multa aos devedores em atrazo. Os 10% que trata o Art. 182 nada mais é,do que a multa imposta aos devedores que não pagarem os seus impostos no devido tempo. Com referência ao Art. 183 acha esta Comissão que deverá ser mudado como propõe o autor do projeto.

Explicando o que acima foi dito, é esta Comissão de

P A R E C E R

que a Emenda apresentada pelo Vereador Ondy Hélio Niederauer seja aprovada pela Colenda Câmara.

SALA DAS SESSÕES, em 20 de Março de 1956

A COMISSÃO

Geminiano Viccari

Hildebaldo Finkler

Alexandre Formighieri

APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO

Sala das Sessões, 1 / 5 / 1956

PRESIDENTE.

Câmara Municipal de Toledo

Estado do Paraná

Lei nº 91
de 17/06/1956

PROJETO DE LEI NRº 5/56

SUMULA: Torna sem efeito a parte final do artigo 182 e dá nova redação ao artigo - 183 do Código Tributário e Fiscal do Município.

Art. 1º - Fica sem efeito a parte final do artigo 182 do capítulo III do Código Tributário e Fiscal do Município, permanecendo a - seguinte: A dívida Ativa, cobrada diretamente à boca do cofre ou nas agências arrecadadoras do Município será acrescida de 10% a título de - Cobrança Amigável.

Art. 2º - O artigo 183 do capítulo III do Código Tributário e Fiscal do Município, passa a ter a seguinte redação. "A Comissão do Procurador será paga depois de liquidado cada caso separadamente".

Art. 3º - A presente lei entrará em vigôr na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

SALA DAS SEsSÕES, em 12 de Maio de 1956.

A COMISSÃO EXECUTIVA

APROVADO EM 3ª DISCUSSÃO
por unanimidade
Sala das Sessões, 21 / 5 / 1956
PRESIDENTE

À SANÇÃO
Sala das Sessões, 21 / 5 / 1956
PRESIDENTE

Sancionado
Lei nº 89 de, digo
Lei nº 91 de 17-5-56
Alceu Pinto
Pref.